



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Saúde**

**Junta de Recursos - SES-MG**

**Parecer nº 8/SES/JRECURSOS/2023**

**PROCESSO Nº 1320.01.0069104/2021-82**

**JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

**ASSUNTO:** Recurso Administrativo – Processo de Auditoria Assistencial

**UNIDADE VISITADA:** Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira

**MUNICÍPIO:** Montes Claros

**NMAA:** Norte

**URS:** Montes Claros

**SEI:** 1320.01.0069104/2021-82

**ATIVIDADE SISAUD:** 667

**RECORRENTES:**

- Secretaria Municipal de Saúde (Pessoa Jurídica), representada pelo Sr. **H.G.S.**, Sr. **O.B.R.M.** e Sra. **D.P.G.**

- Presidente do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, Sr. **I.T.S.** (Pessoa Jurídica).

**RELATÓRIO**

Trata-se de auditoria programada realizada pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial Nordeste/Superintendência Regional de Saúde de Teófilo Otoni (SRS/TO) e pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial Jequitinhonha/Superintendência Regional de Diamantina (SRS/DIA), no município de Montes Claros, no período compreendido entre 04 a 08/10/2022.

Referida auditoria teve como unidade visitada o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira e ocorreu em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG - exercício de 2021, tendo como objetivo verificar as obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas unidades no enfrentamento da COVID-19.

Após emissão dos Relatórios Finais de Auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº500/2022, nº 501/2022, 502/2022 e 503/2022, em virtude das constatações não conformes listadas abaixo, seguidas das penalidades de Advertência Escrita, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

**Relatório Final na Secretaria Municipal de Saúde:**

**1 – Constatação nº 637486 - SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os**

recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde de MG (FES-MG) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de médio-alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS).

**2 – Constatação nº 637487** - A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média-alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS.

**3 – Constatação nº 637489** - A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS.

**4 – Constatação nº 638391** - A SMS de Montes Claros não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses.

**Relatório Final no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, entidade vinculada a Fundação Educacional Alto Médio São Francisco/FUNAM:**

**1 – Constatação nº 637502** - Transferências indevidas de recursos financeiros federais do SUS das contas específicas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS) para combate à COVID-19.

**2 – Constatação nº 638404** - O Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS) não realiza prestação de contas conforme previsto nas legislações e/ou instrumentos jurídicos firmados.

**3 – Constatação nº 638082** - O Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, à ocupação e à regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

**PARECER**

O Recorrente, Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, representada pelo Prefeito municipal – Sr. H.G.S., em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 500, de 27/10/2022, apresentou recurso por meio do Ofício nº 226/2022/GAB/PROGE, datado de 28/12/2022 (doc. 58532406), objetivando justificar as constatações não conformes citadas no Relatório Final de Auditoria.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente.

**1 – Constatação nº 637486** – A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde de MG (FES-MG) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de médio-alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS).

#### **A equipe de auditoria evidenciou:**

*“Em auditoria, constatou-se que a SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES-MG para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCMRS. Os recursos estaduais recebidos pela SMS de Montes Claros para serem repassados ao HCMRS estão discriminados no Anexo 01. A SMS de Montes Claros recebeu no dia 18/06/2020 na c.c. nº 39619-2 - ag. 3209-3 - BB, por meio da Resolução SES/MG nº 7111/2020 - o valor total de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) para repasse específico ao HCMRS, destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação do SUS. O recurso só foi repassado ao HCMRS quase 1 (um) ano após o recebimento na conta do FMS, nos dias 13/05/2021 - R\$ 3.062,52 e 14/05/2021 - R\$ 246.937,48 - na c.c. nº 39.943-4, ag. 3209-3 do Banco do Brasil (001) conforme discriminado no Anexo 01. A SMS de Montes Claros recebeu no dia 14/05/2021 na c.c. nº 40012-2 - ag. 3209-3 - BB, por meio da Resolução SES/MG nº 7461/2020 - o valor total de R\$ 315.000,00 (Trezentos e Quinze Mil Reais) para repasse específico ao HCMRS, destinado ao apoio à Estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional. O recurso só foi repassado ao HCMRS no dia 26/07/2021 - na c.c. nº 7125-0 - ag. 1801-0 - Banco Cecoopes (114), conforme discriminado no Anexo 01.”*

#### **Manifestação do Recorrente:**

*“... 3.1 De acordo com o Relatório Consolidado, constatou-se situação não conforme através das seguintes “evidências”: (i) Repasse de recurso proveniente da Resolução SES/MG nº 7.111/2020 (R\$ 250.000,00) ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação do SUS, quase 1 (um) ano após o recebimento na conta do FMS; e (ii) Repasse de recurso proveniente da Resolução SES/MG nº 7.461/2020 (R\$ 315.000,00) ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, destinado ao apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional, no dia 26/07/2021, aproximadamente dois meses após o seu recebimento, efetivado em 14/05/2021.*

*3.2 Em vista disso, a Auditoria Assistencial registrou que o Município de Montes Claros promoveu a aplicação dos recursos recebidos do Fundo Estadual de Saúde inadequadamente, em desacordo com a Resolução SES/MG nº 7.111/2020, Resolução SES/MG nº 7.461/2020 e demais instrumentos jurídicos.*

*3.3 Diante do Relatório Preliminar, foi apresentada defesa pelos ora recorrentes, ocasião em que a justificativa foi parcialmente acatada, especificamente para acolher a defesa em relação à Resolução SES/MG nº 7.461/2021 e pelo não acatamento em relação à Resolução SES/MG nº 7.111/2020, mantendo-se o registro de não-conformidade e aplicação de penalidade de advertência escrita aos recorrentes.*

*3.4. Como depreende-se da análise da justificativa, a Auditoria Assistencial, de um lado, reconheceu que o atraso relacionado a efetivação do repasse financeiro da Resolução SES/MG nº 7.461/2021 deu-se por fatores externos, ensejados pela entidade hospitalar beneficiária e Superintendência*

*Regional de Saúde, e, em vista disso, acolheu a defesa, julgando-se a constatação conforme quanto a este ponto específico.*

*3.5 Lado outro, a Auditoria Assistencial, igualmente, reconheceu expressamente que o atraso relacionado a efetivação do repasse financeiro da Resolução SES/MG n.º 7.111/2020 foi motivado pela existência de fatores externos, causado por situação irregular da entidade hospitalar beneficiária, que impossibilitaram o repasse do recurso financeiro até o quinto dia útil do recebimento, bem como o trâmite administrativo que envolve o aludido repasse, contudo, não acatou a justificativa relacionada à Resolução SES/MG n.º 7.111/2020.*

*3.6 Conforme exposto à exaustão, o lapso temporal estabelecido entre o recebimento do recurso e o efetivo repasse, proveniente da Resolução SES/MG n.º 7.111/2020, ocorreu em função da situação irregular da unidade hospitalar prestadora perante esta municipalidade, ou seja, por fatores externos aos atos de gestão do Município de Montes Claros, não havendo distinção fático-jurídica que justifique apenas o acatamento parcial da defesa, uma vez que os fatores externos que ocasionaram o atraso do repasse decorrente da Resolução SES/MG n.º 7.461/2021, cuja justificativa foi julgada procedente, guardam idêntica similitude com as circunstâncias relacionadas à Resolução SES/MG n.º 7.111/2020.*

*3.7 Ora, in casu, verifica-se que a Auditoria Assistencial, ao analisar premissas idênticas, quais sejam, atraso em razão de fatores externos aos atos de gestão da Administração Pública Local, sejam desencadeados pela entidade hospitalar beneficiária do recurso financeiro, sejam causados pelo trâmite da Secretaria Regional de Saúde, proferiu decisões diversas, sem motivação que justifique a indevida distinção.*

*3.8 Além disso, em relação aos atos burocráticos da tramitação administrativa, é de se ressaltar que o procedimento adotado para o repasse do recurso é revestido de estrita observância da Resolução SES/MG n.º 7.111/2020, como também do Decreto Estadual n.º 45.468, de 13 de setembro de 2010, que assim dispõem, litteris:*

*(...)*

*3.9 Neste ponto, convém mencionar que, em consonância com os atos normativos estaduais, o Município de Montes Claros, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, providenciou imediato início do procedimento de repasse, adotando-se o procedimento em conformidade com o seu regulamento local próprio.*

*3.10 Destarte, verifica-se que a mora do repasse deu-se exclusivamente em razão de fatores externos à gestão municipal, o que foi desencadeado pela situação irregular da Fundação Educacional Alto Médio São Francisco – FUNAM, mantenedora do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, beneficiária dos recursos da Resolução SES/MG n.º 7.111/2020, fato este que foi expressamente reconhecido pela Auditoria Assistencial no Relatório Consolidado ao apreciar a justificativa, razão pela qual pugna-se pelo julgamento da conformidade do gasto da Constatação n.º 637486, também no que diz respeito ao repasse dos recursos financeiros advindos da Resolução SES-MG n.º 7.111/2020.”*

**2 – Constatação n.º 637487** - A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média-alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS.

#### **A equipe de auditoria evidenciou:**

*“Em auditoria, constatou-se que a SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira. A SMS de Montes Claros recebeu recursos financeiros no grupo MAC do Fundo Nacional de Saúde (Fundo a Fundo) no período de Março/2020 a Setembro/2021 para repasse específico ao HCMRS, no montante de R\$ 14.161.912,75 (quatorze milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e doze reais e setenta e cinco centavos) para o enfrentamento da COVID-19, mediante as Portarias de fomento federal: Portarias GM/MS n.ºs 1393/2020,*

1448/2020, 1516/2020, 3576/2020, 3646/2020, 501/2021, 643/2021, 897/2021, 947/2021, 1059/2021, 1135/2021, 1407/2021, 1453/2021, 1966/2021 e 2006/2021, conforme registrado no Anexo 01. Tais recursos foram repassados ao HCMRS mediante os respectivos instrumentos, conforme explicitado abaixo:

- 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 513.694,71 (quinhentos e treze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos) mediante Nota de Empenho nº 7715/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17640-0 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1393/2020 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 25/05/2020 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 12/06/2020. - 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 1.005.786,04 (um milhão, cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais e quatro centavos) mediante Nota de Empenho 9427/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17664-8 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1448/2020 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 03/06/2020 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 17/07/2020. - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 Repasse de R\$ 864.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil reais) mediante Nota de Empenho 9733/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17671-0 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1516/2020 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 17/06/2020 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 24/07/2020. - 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 2.806.272,00 (Dois milhões, oitocentos e seis mil, duzentos e setenta e dois reais) mediante Notas de Empenho nº 3287/2021 e 3291/2021 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17669-9 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que estes recursos federais são oriundos das Portarias GM/MS nº 3576/2020 e 3646/2020 e deveriam ter sido repassados de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 24/12/2020 e 28/12/2020, respectivamente, e ambos os repasses para a conta do Hospital só foram efetivados em 23/03/2021. ”

**3 – Constatação nº 637489** – A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS.

#### **A equipe de auditoria evidenciou:**

“Dando continuidade à constatação 637487, estão explicitados abaixo, conforme registrado no Anexo 01, os recursos que foram repassados ao HCMRS mediante os respectivos instrumentos: - 11º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 1.319.040,00 (um milhão, trezentos e dezenove mil e quarenta reais), mediante Nota de Empenho 6331/2021 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB. Ocorre que estes recursos federais são oriundos das Portarias GM/MS nº 501/2021 e 643/2021 e deveriam ter sido repassados de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. As ordens bancárias do FNS para o FMS foram efetuadas em 25/03/2021 e 16/04/2021, respectivamente, e em ambos, os repasses para a conta do Hospital só foram efetivados em 25/05/2021. - 12º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), mediante Nota de Empenho 7313/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 897/2021 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 12/05/2021 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 14/06/2021. - 13º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse

de R\$ 1.872.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e dois mil reais), mediante Notas de Empenho 8094/2021 e 8095/2021 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 BB para o HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB. Ocorre que estes recursos federais são oriundos das Portarias GM/MS nº 947/2021 e 1059/2021 e deveriam ter sido repassados de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 31/05/2021 e ambos os repasses para a conta do Hospital só foram efetivados em 09/07/2021. Até a finalização dos trabalhos operativos, os repasses referentes às Portarias Federais nº 1135/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 16/06/21); 1407/2021 e 1453/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 07/07/21); 1966/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 25/08/21) e 2006/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 23/08/21) ainda não haviam sido efetivados ao HCMRS. ”

### **Manifestação do Recorrente:**

### **III.B – CONSTATAÇÃO Nº 637487 E CONSTATAÇÃO Nº 637489:**

*“3.12 Em vista disso, a auditoria assistencial registrou que o Município de Montes Claros promoveu a aplicação dos recursos em desacordo com Portaria de Consolidação do SUS n.º 06/2017, do Decreto Federal n.º 10.360/2020 e demais instrumentos jurídicos.*

*3.13 Entretanto, para adequado deslinde das constatações deve-se levar em consideração a forma que esses repasses foram realizados. Isso porque, por decisão administrativa local, sopesando os custos e procedimentos que seriam feitos exclusivamente em decorrência da COVID-19, o Município de Montes Claros optou por realizar a contratualização dos procedimentos da COVID-19 no bojo dos instrumentos já firmados com os prestadores hospitalares credenciados através do Chamamento Público nº 11/2019 e contratados no Processo Licitatório – Inexigibilidade 89/2020, em vez de celebrar instrumento próprio de maneira apartada.*

*3.14 Desta sorte, os pagamentos pelos procedimentos comuns e aqueles específicos para enfrentamento da pandemia foram realizados nos mesmos contratos, levando-se em consideração os Planos Operativos já aprovados, a Programação Pactuada Integrada e os impactos gerados pela suspensão dos procedimentos eletivos, ensejando salutar equilíbrio entre o custeio dos procedimentos hospitalares contratados e a manutenção da rede de atenção hospitalar em estado de alerta, preparada para o enfrentamento do estado pandêmico da COVID19.*

*3.15 Portanto, foram necessários diversos aditivos e alterações contratuais a fim de ajustar o que havia sido originalmente pactuado com as novas contingências impostas pela pandemia da COVID19, o que tornou absolutamente inexequível o repasse do pagamento integral aos beneficiários em até 05 (cinco) dias úteis, considerando o necessário fluxo administrativo e os prazos legais para formalização e tramitação dos processos administrativos. 3.16 A título exemplificativo, cite-se, de modo detalhado, a tramitação processual realizada para repasse de recursos financeiros provenientes da Portaria GM/MS n.º 1.393/2020 (R\$ 513.694,71), cujos atos de tramitação interna, juntamente com os demais documentos comprobatórios encontram-se disponíveis no ANEXO II da defesa apresentada anteriormente: ☐ Considerando o fluxo para concretização do aditivo, após a identificação do depósito do recurso no Fundo Municipal de Saúde, no dia 25/05/2020, foi solicitado aos prestadores o envio do Plano de Trabalho para fins de prestação de contas, conforme as diretrizes previstas na portaria; ☐ No presente caso, após a entrega do Plano de Trabalho pelo Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, a fim de viabilizar o repasse, a SMS encaminhou à Diretoria de Licitações, no dia 29/05/2022, o Memorando n.º 1.554/SMSAU/2020, para apreciação do Comitê Permanente de Avaliação e Controle da Execução Orçamentária Municipal – COMPAC, e posterior elaboração do aditivo; ☐ O instrumento para repasse do recurso foi formalizado através do 3º Termo de Aditamento P089/20-02, o qual foi encaminhado para assinatura do prestador na data de 05/06/2020. Com a devida chancela da Procuradoria Jurídica do Município, as vias originais e físicas foram encaminhadas para posterior publicação; ☐ O repasse foi efetivado em 12/06/2020, através da*

nota de empenho nº 7715/2020 e recibo devidamente assinado e enviado pela entidade hospitalar prestadora.

3.17 Como se nota, a inobservância do prazo de até 05 (cinco) dias úteis para repasse dos recursos federais é desdobramento de decisão administrativa local, no exercício de sua autonomia constitucional, que optou por realizar a contratualização dos procedimentos da COVID19 no bojo dos instrumentos já firmados, por meio de termos de aditamento e alterações contratuais, o que exige prazo superior a cinco dias para o desempenho de todos os atos burocráticos.

3.18 No entanto, cumpre mencionar que a forma de repasse dos recursos federais não é ilícita, nem mesmo irregular, na medida em que a própria Auditoria Assistencial, por meio da CONSTATAÇÃO N.º 638383, aferiu a conformidade da seguinte situação: “A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-SMS celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira – HCMRS para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.”

3.19 Igualmente, através da CONSTATAÇÃO N.º 637492, verificou-se relatório de conformidade dos seguintes pontos: “Os processos de pagamento referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Prestador Hospital das Clínicas Mário Ribeiro da Silveira – HCMRS estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados (Termo de Contrato 089/2020 e aditivos) e com a legislação vigente.”

3.20 Portanto, uma vez que a própria auditoria aferiu a regularidade tanto na celebração dos instrumentos jurídicos para repasse dos recursos financeiros recebidos de origem federal e estadual, referentes às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19, como também certificou que os processos de pagamentos encontram-se regulares, por meio das CONSTATAÇÕES N.º 638383 E 637492, não há que falar-se em não-conformidade por descumprimento de prazo.

3.21 Além disso, é de se dizer que a autonomia local do ente municipal encontra respaldo na lógica de financiamento da saúde pública prevista na Constituição da República, que preleciona a sua organização e custeio de maneira cooperativa e tripartite, concorrendo os Entes Federativos de acordo com as suas atribuições constitucionais e a proeminência dos interesses por estes geridos, de caráter nacional, regional ou local, devendo-se prevalecer; por certo, a autonomia do Município de Montes Claros para execução dos repasses e gestão do enfrentamento da COVID-19 em âmbito local.

3.22 Ocorre que, não obstante a Auditoria Assistencial reconhecer expressamente a necessidade dos trâmites burocráticos do processo de repasse de recursos financeiros, inclusive para fins de atendimento do princípio da legalidade, entendeu pela improcedência das justificativas apresentadas, ao fundamento de que a autonomia constitucionalmente estabelecida ao ente federado não o exime do cumprimento de normas positivadas pela União, nem sobrepõe-se a agilidade e eficiência em resposta à Pandemia da COVID-19.

3.23 No entanto, deve-se consignar que a adoção de procedimento diverso em âmbito municipal não significa atuação ineficiente ou desarticulada com os demais entes federados, sobretudo considerando a sistemática adotada, mas sim, uma adequação à realidade local, sem perder de vista a legalidade e segurança jurídica que deve conduzir a atuação administrativa.

3.24 Ao contrário do exposto na apreciação da justificativa, não foi erigida nenhuma barreira burocrática frente ao combate eficiente à COVID-19. A esse respeito, os índices do resultado do combate à Pandemia em Montes Claros são suficientes para demonstrar a atuação destacada do Município entre as cidades mais eficientes do Brasil.

3.25 Ante o exposto, pugna-se, em sede recursal, pelo julgamento da conformidade do gasto advindo da CONSTATAÇÃO N.º 637487 e CONSTATAÇÃO N.º 637489, tendo em vista a regularidade dos repasses de recursos financeiros de origem federal, de acordo com o regramento definido em âmbito municipal. ”

A Resolução SES/MG nº 7.461, de 31 de março de 2021, contém as seguintes disposições:

Art. 1º – Estabelecer repasse de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus–COVID19, conforme disposto no Anexo I desta Resolução.

(...)

Art. 5º – O incentivo financeiro de que trata esta Resolução será repassado aos beneficiários mediante a formalização de instrumento de repasse no SiG-RES (Sistema de 4 GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde), ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável.

§ 1º - Os instrumentos de repasse deverão ser assinados no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período, por ato do Secretário de Estado de Saúde.

§ 2º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao incentivo e o instrumento contratual ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

Art. 6º – Para fins de execução dos recursos, os municípios deverão apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data desta publicação, o Plano de Trabalho contendo as ações e prazos para execução dos recursos nos moldes do Anexo II desta Resolução.

§ 1º - A Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde emitirá Nota Técnica contendo as orientações necessárias para elaboração do Plano de Trabalho e execução dos recursos.

§ 2º - O Plano de Trabalho não é item condicionante do repasse do recursos para o beneficiário, mas sua execução deve ser precedida do envio para a Unidade Regional de Saúde e aprovação pela mesma. (...)

Extraí – se do Termo de Compromisso 499/7111/7461, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e a Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros:

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Paras a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:



I – AO MUNICÍPIO/SMS:

§ 1º Quando o beneficiário dos recursos for o Fundo Municipal de Saúde:

(...)

c. aplicar o recurso financeiro exclusivamente na sua finalidade, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução mencionada no item anterior;

(...)

Do termo nº. 089/2020, celebrado entre o município de Montes Claros e a Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco:

(...)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O CONTRATADO deverá apresentar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, obedecendo ao cronograma definido pela SMS/MOC/SUS, todas as faturas nos moldes preconizados pelo Ministério da Saúde, DATASUS e outros que vierem a sucedê-los, ou, que a estes foram acrescidos, sob pena de não pagamento das faturas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica estabelecido **o prazo de até o 5º dia útil**, após a transferência de recursos feita pela União/Estado, para que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento dos recursos do componente pré-fixado ao CONTRATADO, vinculado a comprovação de disponibilidade de recurso específico em conta, conforme Portaria 2617 de 1º de novembro de 2013, art. 1º.

A Portaria MS/GM nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, estabeleceu:

(...)

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento: (Redação dada pela PRT GM/MS nº 828 de 14.04.2020)

I – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 828 de 14.04.2020)

(...)

§ 3º A vinculação de que trata o inciso I do § 2º é válida até a aplicação integral dos recursos relacionados a cada Programa de Trabalho do Orçamento Geral da União que deu origem ao repasse, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso no fundo de saúde do Estado, do Distrito Federal ou do Município. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 3.992 de 28.12.2017)

(...)

Art. 303. Fica estabelecido o prazo de até o 5 dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS. (Origem: PRT MS/GM 2617, Art. 1º) (...)

Pois bem, no que se refere ao item 1 – Constatação **637486** - Resumidamente, o Recorrente alegou que o lapso temporal entre o recebimento do recurso da Resolução SES-MG nº 7.111/2020 e o efetivo repasse ao prestador ocorreu em função de irregularidade junto à municipalidade.

Acrescentou que a equipe de auditoria acatou a justificativa relacionada ao repasse referente a Resolução SES-MG nº 7.461/2021, fato similar à Resolução SES-MG nº 7.111/2020.

Em que pese o alegado, constata-se que não houve apresentação de argumentação nova e consistente, acompanhada de suporte probatório apto, ao nosso entender, a afastar a irregularidade identificada. Situação em que somos pela manutenção da penalidade aplicada.

Já com relação aos itens 2 - **Constatação nº 637487** e 3 **Constatação nº 637489**, o Recorrente informa, como transcrito, que por decisão administrativa, ponderando sobre os custos e procedimentos que seriam feitos, optou por realizar a contratualização dos procedimentos COVID-19 no bojo de instrumentos já firmados com prestadores hospitalares ao invés de celebrar instrumento próprio.

Enfatizou que a autonomia local do ente municipal encontra respaldo na lógica de financiamento da saúde pública prevista na Constituição da República, situação em que deve prevalecer a autonomia do SMS de Montes Claros para execução dos repasses e gestão do enfrentamento da COVID – 19 em âmbito local.

Em que pese o apontado, concordamos com a equipe de auditoria no ponto em que é enfatizada a exigência de cumprimento da normativa específica, ainda que não se possa deixar de reconhecer a autonomia constitucional estabelecida ao ente federado.

Como observado, referida normativa estabelece prazos para respectivos repasses, tendo como fundamento a eficiência e resolutividade, na oferta/prestação dos serviços públicos, como primados na atuação do ente beneficiário.

Assim sendo, consideramos que as não conformidades não foram justificadas.

**4 – Constatação nº 638391** - A SMS de Montes Claros não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses.

**A equipe de auditoria evidenciou:**

*“Durante a auditoria operativa, verificou-se que a SMS de Montes Claros não valida os dados referentes à prestação de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira. Apesar do referido hospital já ter encaminhado parte dos documentos referentes à prestação de contas dos recursos referentes à Portaria GM/MS nº 1.393/2020 (R\$ 513.694,71) e à Portaria GM/MS nº 1.448/2020 (R\$ 1.005.786,04), os documentos ainda não foram analisados pela SMS. O setor de prestação de contas ainda não se encontra estruturado na SMS de Montes Claros e, no momento da auditoria operativa, apenas uma enfermeira realizava essa atividade. A SMS não possui contador para avaliar a execução contábil e financeira dos processos de prestação de contas.”*

**Manifestação do Recorrente:**

*“3.26 Da análise da Constatação nº 638391 disposta no relatório de auditoria consolidado, extrai-se como evidência de não-conformidade a ausência de setor de prestação de contas estruturado na Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que órgão não dispunha de contador para avaliar a execução contábil e financeira dos processos de prestação de contas, sendo a atividade realizada apenas por uma servidora. Em relação a tal fato, foi consignado desacordo aos atos regulamentares acerca da prestação de contas e realização de Relatório Anual de Gestão – RAG.*

*3.27 No que se refere ao setor de prestação de contas, que não se encontrava estruturado no momento da auditoria, é importante considerar, preambularmente, que o Município de Montes Claros perdeu a gestão dos prestadores em junho de 2015, conforme a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.155, de 15 de julho de 2015, a qual foi retomada no mês de maio de 2018, conforme a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.665, de 16 de fevereiro de 2018, sendo necessário uma reestruturação de todo o processo regulatório e reconfigurar todos os processos de trabalho.*

*3.28 Além disso, o período pandêmico exigiu a priorização das ações de estruturação da Rede de Atenção à Saúde para a adequada assistência ao usuário do SUS, sem perder de vista a necessidade de adoção de todos os procedimentos relacionadas a prestação de contas e validação de dados.*

*3.29 Tanto é verdade, que a própria Auditoria Assistencial, por meio da CONSTATAÇÃO N.º 637389, certificou a conformidade das ações em âmbito local no seguinte sentido: “A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros – SMS realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital das Clínicas Mário Ribeiro da Silveira – HCMRS para enfrentamento da COVID-19.”*

*3.30 Para mais, através da CONSTATAÇÃO N.º 637296, verificou-se o seguinte: “A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros – SMS realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital das Clínicas Mário Ribeiro da Silveira.”*

*3.31 Ademais, deve ser considerado, ainda, que a Auditoria Assistencial aferiu, por meio da CONSTATAÇÃO N.º 637331, a conformidade das ações desta municipalidade referente ao controle e avaliação da produção hospitalar, a saber: “A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros – SMS realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, no atendimento de casos de COVID-19.”*

3.32 Por outro vértice, não se pode desconsiderar que o Município de Montes Claros conta com estrutura de controle interno própria na sua estrutura administrativa orgânica, que exerce as atribuições de controle, acompanhamento, fiscalização e validação de dados em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde. Nesse sentido, cite-se a atuação da Controladoria Geral do Município, Procuradoria-Geral do Município, Diretoria de Orçamento, Diretoria de Contabilidade e Diretoria de Licitações, cujo o exercício das atribuições integra todo o processo de formalização de contratação, desde a instauração até o pagamento.

3.33 No entanto, ao analisar as justificativas apresentadas, a Auditoria Assistencial imotivadamente desconsiderou a estrutura orgânica demonstrada pelo Município de Montes Claros e manteve a inconformidade, sob o fundamento de que esta municipalidade supostamente não dispõe de setor de prestação de contas estruturado e que a SMS não valida os dados referentes à prestação de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira.

3.34 Ao assim proceder, a Auditoria Assistencial não apreciou as justificativas do Município de Montes Claros em sua inteireza, na medida em que desconsiderou toda a estrutura de controle interno presente no ente local, limitando-se a verificar os órgãos da Secretaria Municipal de Saúde de modo isolado, o que padece de manifesto vício de motivação.

3.35 Pelo exposto, uma vez que esta municipalidade não deixou de realizar os necessários procedimentos de prestação de contas, acompanhamento contínuo, controle e avaliação, bem como considerando que, além de dispor de estrutura orgânica própria para controle interno dos atos administrativos, já implantou, como medida corretiva, reestruturação da equipe gestora específica para prestação de contas, é o presente para requer sejam julgadas integralmente conforme as indicações da CONSTATAÇÃO N.º 638391.”

Assim dispõe a normativa que trata do tema:

- A Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017:

## **Anexo XXVI**

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

**Art. 10.** Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)

**I** - executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, I)

**II** - definir, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, II)

(...)

- Lei Federal nº 13.995, de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casa e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19

(...)

Art. 3º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos desta Lei deverá ser, obrigatoriamente, aplicada na aquisição de medicamentos, de suprimentos, de insumos e de produtos hospitalares para o atendimento adequado à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a pandemia da Covid-19 e com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais, observadas as disposições do **caput** deste artigo e o disposto no [art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#). (...)

- Portaria MS/GM nº 774, de 9 de abril de 2020, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde – Grupos do Piso de Atenção Básica-PAB e de Atenção de Média e Alta Complexidade- MAC a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio de ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus – COVID 19.

(...)

Art. 5º - A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.(...)

- Portaria MS/GM nº 1.393 de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do SUS, no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19:

(...)

Art. 5º A integralidade dos recursos transferidos às entidades beneficiadas deverá ser aplicada, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e

produtos hospitalares para o atendimento adequado à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a Pandemia da Covid-19 e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais e disponibilizar em sitio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria, no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, e no instrumento firmado com os entes federativos. (...)

O Recorrente informou que, existe na estrutura administrativa do município setores para controle interno e que tais setores exercem as atribuições de controle, acompanhamento, fiscalização e validação de dados em conjunto com a SMS. Ressaltou que, em outras constatações a equipe de auditoria identificou que a SMS realizava o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos e o controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Dr. Mário Ribeiro.

As alegações do Recorrente corroboram para a manutenção da penalidade, tendo em vista que a não conformidade refere-se ao fato da SMS de Montes Claros não validar os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses.

No que se refere às constatações apontadas no relatório final de auditoria no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, foi apresentado recurso administrativo por parte do Diretor Presidente da Fundação Educacional Alto Médio São Francisco/FUNAM (Sr. I.T.S.), em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 501, de 27/10/2022, por meio do Ofício S/N, datado de 2/12/2022 – doc. 57597659.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente.

**1 – Constatação nº 637502** – Transferências indevidas de recursos financeiros federais do SUS das contas específicas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS) para combate à COVID-19.

#### **A equipe de auditoria evidenciou que:**

*“Em auditoria, constatou-se a ocorrência de transferências indevidas de recursos financeiros do SUS recebidos do FNS para combate à COVID-19, das contas específicas do HCMRS para outras contas do Hospital, conforme explicitado abaixo: 1 - C.C. 17640-0 - ag. 4275-7 - BB: - Dia 15/06/2020 p/ C.C. nº 7125-0 - ag. 1801-0 - Banco Cecoopes (114) - Valor: R\$ 513.694,71 - Dia 24/08/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 2.898,24 2 - C.C. 17664-8 - ag. 4275-7 - BB: Dia 17/07/2020 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 242.026,04 - Dia 31/07/2020 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 1.404,84 3 - C.C. 17671-0 - ag. 4275-7 - BB: - Dia 27/07/2020 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 864.000,00 - Dia 31/07/2020 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 19.592,56 - Dia 15/01/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 5.436,55 - Dia 26/08/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 4.061,02 4 - C.C. 17669-9 - ag. 4275-7 - BB: Dia 23/03/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 2.806.272,00 - Dia 12/04/2021 p/ C.C. nº*

36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 3.396,07 - Dia 30/06/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 633.250,00 - Dia 26/08/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 74.674,89 5 - C.C. 40025-4 - ag. 3209-3 - BB: - Dia 14/05/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 346.114,56 - Dia 25/05/2021 p/ C.C. nº 36141-0 - ag. 0125 - BB - Valor R\$ 1.319.040,00. ”

### **Manifestação do Recorrente:**

*“... Embora justificado que a transferência dos recursos das constas específicas do Hospital não implicaram uso indevido ou prejuízo ao convenio, e que – embora transferidos por questões de logística – os valores discriminados foram devolvidos às contas vinculadas, a justificativa não foi acatada.*

*É sabido que a pandemia enfrentada requeria de todos os envolvidos, sejam eles gestores ou prestadores de serviços, ações imediatas e tempestivas, de forma a prestar assistência aos acometidos pelo SARS-COV 2.*

*Assim, inúmeras reuniões e acompanhamento diário da evolução do COVID nesta região, desencadeou ações de abertura de leitos em hospitais, em especial no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, primeira referência no atendimento, com disponibilidade de maior quantitativo imediato de leitos para pacientes suspeitos ou confirmados na pandemia.*

*O Governo do Estado de Minas Gerais, de forma extremamente ágil e competente, disponibilizou recursos financeiros, equipamentos e medicamentos e materiais aos prestadores de serviços hospitalares, de forma a possibilitar e garantir a assistência necessária aos pacientes acometidos.*

*Da parte do Hospital das Clínicas, ao receber os recursos financeiros supracitados, objeto da auditoria executada pela SES em suas dependências, buscou aplicar os mesmos na aquisição dos itens propostos em plano de trabalho, protocolado junto ao gestor municipal de saúde. Salienta-se que toda a dificuldade encontrada à época, quanto a escassez e alto custo dos insumos utilizados no tratamento dos pacientes e proteção dos seus colaboradores.*

*É necessário considerar que por se tratar de recursos calculados de acordo com a oferta de serviços e aplicados em aquisição de insumos e/ou de itens relacionados à pandemia, a Instituição recebeu transferências de recursos de várias resoluções e portarias federais em única conta, como, por exemplo, a conta corrente nº 40025-4/ Ag. 3200-3, na qual recebeu cerca de 20 (vinte) repasses, todos correlacionados ao COVID.*

*Assim, a gestão da conta específica dos recursos, assim como os seus rendimentos, ficou comprometida, conforme relatado via e-mail à SES/ Núcleo de Regulação – URSMOC ([plan.moc@saude.mg.gov.br](mailto:plan.moc@saude.mg.gov.br)), em fevereiro de 2022, quando a recorrente realizava a prestação de contas no GEICOM, conforme prazo estabelecido pelo nível central, disposto abaixo.*

*Anexa-se, ainda, a resposta do setor [dpcanalisetecnica@saude.mg.gov.br](mailto:dpcanalisetecnica@saude.mg.gov.br), recebida em fevereiro de 2022 por essa instituição, na qual reconhece “Em regra cada Resolução deverá ser repassada, e executada em contas individuais, porém tratando-se de situação excepcional, vamos precisar aguardar a resposta dos Gestores da Política que são aqueles que liberam os formulários para apresentação da Prestação de Contas no GEICOM.” E orienta “Portanto, a prestação de contas de todas Resoluções COVID repassadas em conta comum, será Unificada, e portanto será necessária replicá-la no formulários de prestação de contas de cada uma destas resoluções. ”*

*Assim, esta Instituição esclarece que o equívoco reconhecido pela mesma ao unificar a movimentação financeira dos recursos se deu em hipótese de excepcionalidade, já que voltada à condução de ações que garantissem recursos humanos e materiais necessários aos atendimentos para os leitos disponibilizados, que forma 100% ocupados por ocasião da pandemia.*

*Toda a movimentação financeira, assim como os rendimentos referentes aos recursos recebidos, estão evidenciados no GEICOM e na prestação de contas enviadas ao gestor municipal, não havendo prejuízo aos entes federativos quanto a devida aplicação dos mesmos.*

*Assim, tratando-se de uma demonstrada situação de excepcionalidade, pugna pelo deferimento das justificativas apresentadas, exonerando-se a instituição da aplicação de eventuais penalidades. ”*

Assim estabeleceu a legislação respectiva:

- Decreto Federal nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios:

(...)

Art. 2º Os recursos de que trata este Decreto serão depositados e mantidos em conta específica **aberta para este fim** em instituições financeiras oficiais federais.

§ 1º A movimentação dos recursos será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa circunstanciada, poderão ser realizados saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de pequeno vulto, adotando-se, em ambas hipóteses, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação de contas.

§ 3º Os saques em dinheiro para pagamento de despesas de pequeno vulto ficam limitados ao montante total de dez por cento do valor estabelecido na [alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,](#) a cada exercício financeiro.

§ 4º O valor unitário de cada pagamento feito com o montante total sacado, na forma do § 3º, não poderá ultrapassar o limite de um por cento do valor estabelecido na [alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993,](#) vedado o fracionamento de despesa ou do documento comprobatório.

§ 5º Ato do Ministro de Estado responsável pelas respectivas transferências estabelecerá as condições e circunstâncias em que se admitirá a excepcionalidade prevista no § 2º, observado o disposto nos §§ 3º e 4º.

(...)

- Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos e serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo:



(...)

Art. 12. Os recursos da União serão repassados ao Fundo Nacional de Saúde e às demais unidades orçamentárias que compõem o órgão Ministério da Saúde, para ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

(...)

§ 2º Os recursos da União previstos nesta Lei Complementar serão transferidos aos demais entes da Federação e movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituição financeira oficial federal, observados os critérios e procedimentos definidos em atos próprio do Chefe do Poder Executivo da União.

(...)

§ 4º A movimentação dos recursos repassados aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios deve realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor.

(...)

- Termo de Contrato 089/2020

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

### I – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)

Caberá às instituições contratadas o cumprimento das responsabilidades estabelecidas na legislação do SUS, nos diplomas federal, estadual e municipal que regem o presente Edital, bem como o cumprimento das obrigações constantes no termo de referência, no contrato e seus respectivos anexos, em especial:

a) executar as ações necessárias à consecução do objeto deste contrato e cumprir os compromissos e as metas pactuadas no documento descritivo e nas legislações vigentes;

(...)

Pois bem, o Recorrente encaminhou, como meio de oferecer suporte às suas alegações, cópias dos e-mails informando que as prestações de contas relativas às resoluções da COVID19 seriam unificadas, mas que seria necessário replicá-las nos formulários específicos de cada resolução.

Importante apontar que a não conformidade constatada pela equipe de auditoria, nesse item, é referente a movimentação indevida das contas específicas, não guardando correlação com questões relativas a prestação de contas, que embora objeto da auditoria em questão, foram tratadas de forma discriminada em subgrupo diverso, no relatório final.

Desse modo, consideramos que a não conformidade não foi justificada.

**2 – Constatação nº 638404** – O Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS) não realiza prestação de contas conforme previsto nas legislações e/ou instrumentos jurídicos firmados.

**A equipe de auditoria evidenciou que:**

*“Em auditoria, constatou-se que o HCMRS possui arquivos dos documentos que comprovam a utilização dos recursos públicos repassados pelo FNS e pelo FES-MG para enfrentamento à COVID-19, mas não efetuou a prestação de contas exigida pela legislação vigente, conforme explicitado abaixo: - Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº P089/20 - R\$ R\$ 513.694,71 (referente à Portaria GM/MS nº 1393/2020) - Vigência: 12 meses - Validade: 01/06/2021 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 01/07/2021. Porém foi entregue em 22/07/2021. A SMS de Montes Claros ainda não havia fornecido parecer oficial até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (07/10/2021). - Quinto Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 30/06/2020, no valor de R\$ 864.000,00 (referente à Portaria GM/MS nº 1516/2020) - Vigência: 12 meses - Validade 30/06/2021. Prestação de contas não foi encaminhada à SMS de Montes Claros até a data da auditoria (07/10/2021); - Os demais contratos analisados ainda se encontram no prazo de vigência. Termo de Metas nº 1749/7160 - R\$ 816.000,00 - Vigência: 18 meses - Validade: 24/01/2022 - Termo ainda vigente. Porém a previsão legal (Resolução SES/MG 4606/2014) determina que o ente beneficiário preste contas anualmente, utilizando o ano fiscal como período de referência. Não houve apresentação no SIGRES/GEICOM da referida prestação de contas relativa ao período de out/2020 a dez/2020. - Os demais: Termos de Metas (1753) /Resoluções Estaduais (7295, 7295, 7446, 7479) celebrados diretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais com o Prestador, que efetivaram repasse de recursos estaduais, foram todos para o exercício de 2021, com previsão legal (segundo a Resolução SES/MG nº 4606/2014) para apresentação de prestação de contas anual, no final de 2021, com prazos de aplicação ainda bem abrangentes, conforme apresentado no Anexo 02. A Prestação de Contas deverá ser efetuada no Sistema SIGRES/GEICOM. ”*

Não houve manifestação do recorrente.

São as disposições da legislação respectiva:

- Lei Federal nº 13.995, de 5 de maio de 2020 que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19

(...)

Art. 3º (...)

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais, observadas as disposições do **caput** deste artigo e o disposto no [art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#). (...)

- Portaria MS/GM nº 1.393 de 21 de maio de 2020 que dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do SUS, no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19:

(...)

Art. 5º (...)

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais e disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria, no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, e no instrumento firmado com os entes federativos. (...)

Em que pese a falta de manifestação específica do recorrente, com relação a presente não conformidade, constata-se que houve a prestação de contas respectiva, de acordo com informações provenientes da Diretoria de Processamento e Monitoramento dos Recursos de Média e Alta Complexidade, em anexo 67019433, situação em que a penalidade aplicada deverá ser afastada.

**3 – Constatação nº 638082** – O Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, à ocupação e à regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

#### **A equipe de auditoria evidenciou:**

*“Após consultar as Deliberações CIB/SUS-MG que atualizam a grade de leitos destinados ao enfrentamento à COVID do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (ANEXO 01) e confrontar com os dados extraídos do CNES, bem como com o Censo Diário dos meses de março e abril/2021, verificou-se que o Hospital não atualiza fidedignamente as informações referentes ao quantitativo de leitos. Verificou-se que, segundo os Censos Diários, o Hospital possuía 30 leitos de UTI COVID, no período de 01 a 17/03/2021 e 38 leitos, de 18/03 a 30/04/2021, números diferentes dos registrados no CNES: 20 leitos (na competência de março) e 39 (na competência de abril) e também*

diferentes dos previstos nas Deliberações que atualizam a grade de leitos destinados ao enfrentamento à COVID: 20 leitos de 01/03 a 14/04/2021 e 39, de 15 a 30/04/2021. Além disso, constatou-se que após Monitoramento dos Leitos Clínicos e de UTI COVID19 realizado pela SMS de Montes Claros, em 04/10/2021, foi enviado um Relatório de Visita Técnica ao Hospital, com o registro da existência de 06 leitos clínicos e 12 leitos de UTI/COVID-19 destinados aos pacientes particulares e de convênios. Contudo, em consulta a Relatórios do CNES, do mesmo período, verificou-se que tais leitos não foram informados. Com relação à ocupação dos leitos, verificou-se que as informações apresentadas no Mapa de Leitos do SUS Fácil, referentes aos dias da auditoria operativa, não correspondem ao que foi verificado in loco e nos Censos Diários. - No dia 05/10/2021: Havia 07 pacientes internados no CTI COVID, mas no SUS Fácil constava 01 leito ocupado; - No dia 06/10 havia 06 pacientes internados no CTI COVID e no dia 07/10/2021 havia 04 pacientes, mas no SUS Fácil os registros de ocupação de leitos de UTI II Adulto COVID-19 encontravam-se zerados, em ambos os dias. Com relação à regulação assistencial dos leitos de COVID-19, constatou-se que apesar de todas as internações verificadas nos prontuários terem sido reguladas no SUS Fácil, houve transferências internas para os leitos de UTI COVID que não foram reguladas no Sistema (gerando, inclusive, as inconsistências nas informações sobre ocupação, acima referidas). A seguir são apresentadas situações relacionadas aos pacientes internados no CTI COVID, que foram verificadas durante a auditoria operativa (dias 05, 06 e 07/10). Esses pacientes tiveram as internações solicitadas/realizadas no SUS Fácil para clínica geral (sem clínica complementar) e posteriormente foram transferidos para CTI COVID, contudo essa transferência não foi regulada no Sistema: - A.D.S.: Internação na clínica geral em 29/09; transferência para CTI COVID em 05/10/2021; - C.A.V.M.: Internação na clínica geral em 03/10; transferência para CTI COVID em 03/10/2021; - E.L.G.: Internação na clínica geral em 27/09; transferência para CTI COVID em 27/09/2021; - M.L.S.M.: Internação na clínica geral em 02/10; transferência para CTI COVID em 06/10/2021; - R.A.S.: Internação na clínica geral em 24/09; transferência para CTI COVID em 24/09/2021; - A.A.F.: Internação na clínica geral em 29/09; transferência para CTI COVID em 29/09/2021; - J.H.O.: Internação na clínica geral em 17/09; transferência para CTI COVID em 19/09/2021. Já o paciente J.E.R. teve internação solicitada/realizada no SUS Fácil em 17/09 para UTI Adulto Tipo I, código 74; contudo ocupou o CTI COVID (código 51 ou 101). ”

### **Manifestação do Recorrente:**

“.... Complementando a justificativa anteriormente apresentada, na qual, foram encaminhados os instrumentos de gerenciamento e acompanhamento da ocupação dos leitos, esta instituição vem ainda esclarecer afim da não conformidade apontada pela auditoria com relação aos leitos não existentes no SUSFácil que:

Foi criado a várias mãos (Gestão Estadual, Gestão Municipal, instituições hospitalares), fluxos e rotinas de monitoramento dinâmico, atualizados em tempo real, relatório de visita técnica, com informações rápidas para melhor utilização dos leitos através do aplicativo de whatsapp, (equipe de monitoramento da secretaria com atividade in loco), planilha de monitoramento compartilhada com as esferas governamentais;

A atualização do Cnes e conseqüentemente SUSFácil demorava um pouco mais do que a urgência requeria, e que essa atualização é um procedimento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, ou seja, após a vistoria realizada pela vigilância sanitária municipal neste hospital, enfatiza-se que o setor de regulação da Secretaria Municipal de Saúde é o responsável pela atualização dos leitos no SUSFácil;

Por ora, ressalta-se que, para agilizar o tempo de processamento da informação de novos leitos inseridos no sus fácil (ação realizada pela secretaria municipal de saúde), a equipe do Município de monitoramento de portas, Central de regulação de leitos, UPA Chiquinho Guimarães e Pronto Atendimento Municipal Alpehu de Quadros trabalharam de forma conjunta, diuturnamente e em tempo real, com a comunicação direta, através dos instrumentos citados inicialmente, a fim de não permitir que a atualização do sus fácil fosse um impedimento para a utilização e otimização da ocupação dos leitos. ”

A Resolução SES/MG nº 7.160, de 17 de julho de 2020, contém as seguintes disposições:

*Art. 6º - Os hospitais deverão, obrigatoriamente, manter atualizadas todas as informações inerentes às operações do sistema SUSfácilMG, envolvendo o quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos.*

*Parágrafo único – Também deverá ser realizada a atualização permanente do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS, com inclusão das informações relativas ao quantitativo de leitos e equipamentos existentes, conforme os termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017.*

No mesmo sentido são as disposições das Resoluções SES/MG nº 7.265, de 21 de outubro de 2020 e SES/MG Nº 7.384, de 29 de janeiro de 2021

*Art. 6º - Os hospitais deverão, obrigatoriamente, manter atualizadas todas as informações inerentes às operações do sistema SUSfácilMG, envolvendo o quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos.*

*Parágrafo único - Também deverá ser realizada a atualização permanente do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS, com inclusão das informações relativas ao quantitativo de leitos e equipamentos existentes, conforme os termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017.*

Plano de Contingência Operativo da Macrorregião Norte, elaborado por esta SES:

(...)

## V. SISTEMAS DE APOIO

V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório Prestadores Hospitalares referência ou não para COVID-19:

I. Manter os dados de ocupação dos leitos atualizados, alimentando os censos de ocupação hospitalar e os mapas de leitos do SUSfácilMG; (...)

Pois bem, não foi acostada ao presente expediente, documentação apta a ofertar suporte probatório capaz de apontar que a irregularidade fora corrigida, e/ou a demonstrar que medidas vinham sendo adotadas visando a respectiva correção

Assim, consideramos que permanece a não conformidade identificada.

## CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SESMG nº 2906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico.

Em relação ao **Recurso apresentado face ao Relatório Final na Secretaria Municipal de Saúde**, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, mas que não foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastarem as irregularidades identificadas pela equipe de auditoria, situação em que entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento para manter as **Penalidades de Advertência Escrita** aplicadas ao ente municipal.

Já com relação as constatações não conformes indicadas no **Relatório Final no Hospital das Clínicas Doutor Mário Ribeiro da Silveira**, tendo em vista que não foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastarem as irregularidades, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento. Assim sendo, sugerimos a manutenção das **Penalidades de Advertência Escrita** impostas ao **ENTE AUDITADO** nos itens **1 - Constatação nº: 637502** e **3 - Constatação nº: 638082**,

Em relação a não conformidade consignada no item **2 - Constatação nº: 638404**, tendo por base as informações provenientes da unidade gestora da política em questão, no sentido de que foram feitas as prestações de contas, sugerimos o cancelamento da penalidade aplicada.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidência das não conformidades aqui assinaladas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

*Belo Horizonte 29 de maio de 2023*

*Andréa Faria de Magalhães*  
MEMBRO – SES

*Rosimary de Araújo Rios Alves*  
MEMBRO – SES

*Tiago Bernardino da Costa*  
MEMBRO – SES

*1 - Ciente.*

*2 - De acordo.*

*3 - Submeto o presente expediente à apreciação/homologação da Sra.  
Chefe de Gabinete, em atendimento a Resolução/SES 2906/2011.*

Ludercio José de Matos  
COORDENADOR DA JUNTA DE RECURSOS/SES